

Contradições acerca da redução da desigualdade social no Brasil

Contradictions about the reduction of social inequality in Brazil

Marcos Antonio Tavares SOARES*

Andréa Braz da COSTA**

Resumo: O presente artigo analisa a questão da redução da desigualdade no Brasil no período que vai de 1990 até 2007. O objetivo é contribuir para compreensão do paradoxo acerca da redução da desigualdade num contexto de precarização do trabalho ao mesmo tempo em que as análises de organismos nacionais e internacionais como também de acadêmicos do *mainstream* afirmam que no país ocorreu redução da desigualdade de renda. Para tanto, foi realizada uma análise dos dados sobre distribuição da renda do trabalho (PNAD/ IBGE) e da distribuição funcional da renda (IPEA). O resultado da investigação revelou que entre os anos de 1990 a 2003, houve uma maior concentração de renda a favor do capital. Com relação à distribuição da renda do trabalho, observou-se a redução da distância entre os estratos sociais, com expansão dos estratos sociais de renda mais baixa.

Palavras-chave: Renda do trabalho. Estratos sociais. Desigualdade.

Abstract: This article examines the issue of reducing inequality in Brazil in the period from 1990 to 2007. The aim is to improve understanding of the paradox concerning the reduction of inequality in a context of precarious work at the same time that the analysis of national and international organizations as well as academics from the mainstream in the country say there was a reduction in income inequality. It begins with an analysis of data on distribution of labor income (PNAD / IBGE) and the functional distribution of income (IPEA). The research revealed that between the years 1990 to 2003, there was a greater concentration of wealth in favor of capital. Regarding the distribution of labor income, there was a reduction in distance between social strata, with expansion of the social strata with lower income.

Keywords: Labor income. Social strata. Inequality.

Recebido em 30/03/2011. Aprovado em 02/06/2011

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Mestre em Economia Rural e Regional pela Universidade Federal de Campina Grande, Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. É Professor Assistente do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Política e Sociedade. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E-mail: <marcostavarespe@gmail.com>.

** Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande, Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. É Professora Assistente do Curso de Economia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Política e Sociedade. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. E-mail: <andreabc99@yahoo.com.br>.

Ainda que fosse tão verdade como na verdade é falso que os rendimentos médios de todas as classes da sociedade tivessem aumentado, a disparidade de rendimentos teria ainda crescido e, conseqüentemente, o contraste entre a riqueza e a pobreza surgiria com maior evidência. Pela razão de que a produção total aumenta é que igualmente as necessidades, os anseios e as carências também se elevam, tornando-se assim viável que a pobreza relativa se desenvolva enquanto a pobreza absoluta decresce (MARX, 2002, p. 73).

Introdução

No Brasil, observa-se que o avanço das políticas econômicas neoliberais e seus efeitos deletérios sobre os trabalhadores se apresentam fortes nos anos de 1990 até 2003. Esse período é marcado pela desestruturação do mercado de trabalho, com elevação das taxas de desemprego, redução do trabalho assalariado com registro em carteira, expansão da informalidade e forte redução da apropriação da renda nacional por parte dos trabalhadores. Cabe ressaltar que também nesse período, já pós-implantação do Plano Real em 1994, a dívida pública interna cresce como nunca, saltando de 40 bilhões de Reais para mais de 900 bilhões em 2005 (DIEESE, 2005). Porém, na contramão destas constatações, diversos pesquisadores e instituições destacavam nos seus artigos e *releases* que a desigualdade social no Brasil estava em declínio.

A elevação da dívida pública e a manutenção de taxas de juros elevadas implicam em transferência de renda por parte do Estado para os rentistas e impõem constrangimentos aos gastos sociais e aos investimentos públicos. Nesse período a economia cresceu de modo pífio e o mercado de trabalho desestruturou-se. A renda do trabalho ficou estagnada e os estratos sociais inferiores, massa trabalhadora e miseráveis, conforme Quadros (2007), se moveram sem alcançar o padrão de vida mediano. Nesse período, a participação do trabalho na apropriação da renda nacional caiu, passando de 53,4%, em 1990, para 46,2%, em 2003 (IPEA, 2008).

Apesar do quadro sócio-econômico apresentado, o contexto é visualizado sob outra perspectiva a partir da publicação de pesquisas oriundas do Banco Mundial (2001) e de pesquisadores do *mainstream* econômico, entre outros, que apontam para redução das desigualdades sociais e da pobreza. Esses estudos afirmam que as políticas sociais focais têm obtido sucesso no combate à pobreza e promovido elevação do *bem-estar social*; já as políticas econômicas de orientação neoliberal, para os estudos supracitados, são importantes instrumentos para redução das instabilidades dos indicadores sociais; e quando se constata piora passageira nos indicadores sociais, estas são resultados de choques externos.

Assim, entendem eles que a política de metas de inflação orientada por uma política monetária contracionista promove o ambiente econômico necessário para a redução das desigualdades de renda.

Contrariando a interpretação acerca da redução da desigualdade social apresentada pelos os estudos supracitados – Banco Mundial (2001) e Neri (2007) –, será demonstrado neste artigo que a desigualdade de renda entre os trabalhadores e os capitalistas, relação essencial do modo de produção capitalista, aumentou no período que vai de 1990 até 2003. Só a partir de 2004, quando se combina políticas sociais (focais e universais) com políticas macroeconômicas de crescimento econômico, é que é possível verificar a redução das desigualdades de renda entre os próprios trabalhadores e entre esses e o capital.

A partir de 2004, inicia-se um período de recuperação econômica acompanhado por melhoras na participação e apropriação por parte dos trabalhadores na renda nacional, quando a renda apropriada pelo trabalho sai de 46,25%, em 2003, para 48,9%, em 2007 (IPEA, 2008). Apesar desse movimento de recuperação, constatou-se que a renda média do trabalho apenas volta a alcançar o patamar anterior ao Plano Real.

Assim, entende-se que a questão da redução da desigualdade de renda deve ser melhor discutida. Para tanto,

na seção 1, a seguir, será debatida a interpretação de Neri (2007) e do Banco Mundial (2001) acerca da desigualdade social e redução da pobreza no Brasil – momento no qual são apresentadas controvérsias sobre a questão. Na seção 2, partindo dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mas tendo como referência as pesquisas de Quadros (2007; 2008a; 2008c), chega-se a conclusões diferentes das apresentadas por Neri (2007) sobre a evolução da mobilidade social. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

1 Interpretação sob o véu do neoliberalismo

O debate em torno de políticas macroeconômicas e políticas sociais na década de 1990, no Brasil, se desenvolveu de forma intensa nos diversos fóruns de discussão nas universidades, entre os políticos, na sociedade civil, na esfera pública, nos meios de comunicação etc. Na verdade, um campo de batalhas foi armado tendo como principal foco a estruturação econômica e social brasileira. E nestes debates o consenso neoliberal operava com muita força, o que não impediu, é claro, que as vozes dissonantes de seus críticos continuassem presentes.

Muito embora nos dias de hoje os argumentos neoliberais tenham sofrido um forte descrédito frente aos acontecimentos internacionais ocorridos após a crise econômica norte-americana de 2008, momento no qual é admitida

a incompetência do mercado para resolver seus problemas, o que causou ao menos desconfianças quanto aos limites da eficiência das políticas neoliberais, eles continuam bem presentes ao discutirmos o futuro das principais políticas, sejam elas econômicas ou sociais.

Dentre as diversas discussões amplamente debatidas nas últimas décadas, está a questão da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil, problemática na qual o receituário neoliberal apresentou o seu diagnóstico e a sua solução. Partiremos da discussão deste ponto elegendo o artigo de Neri (2007) por entender que este artigo contempla uma gama de elementos que estão presentes na concepção neoliberal (e que estiveram presentes na concepção de intervenção do Estado, na década de 1990, no Brasil), mas que perdem força na interpretação e ação do Estado em determinados tipos de ação política em meados da década de 2000, o que veio fazer diferença no contexto de crise econômica internacional após 2008.

No texto *Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade*, de Neri (2007), o autor apresenta, à luz de suas leituras, as causas e consequências da redução da desigualdade. Ele destaca as fontes de instabilidade dos indicadores sociais e as articula a dois períodos. No primeiro, que vai de 1980 a 1994, atribui a instabilidade aos insucessos dos planos econômicos de combate a inflação. No segundo período, que tem início em 1995, afirma

que a causa da instabilidade foram as crises externas. Segundo ele, “até 1994, as fontes de instabilidade foram as sucessivas tentativas, e falhas, de estabilização, enquanto a partir de 1995 a principal fonte de instabilidade foi a chegada (e a saída) de crises externas” (NERI, 2007, p. 54). Duas indagações se fazem aqui necessárias: de 1980 a 1994 a economia brasileira não sofreu choques externos? As políticas macroeconômicas adotadas de 1995 a 2003 não tiveram efeitos sociais deletérios que implicam em degradação social, como avanço do desemprego e redução de gastos sociais com políticas públicas universais?

Com relação à primeira pergunta, não é demais lembrar que a economia brasileira passou pela crise da dívida de 1982, resultante do aumento da taxa de juros pelo Federal Reserve (FED) americano, e que em 1992 a economia mundial foi abalada pela crise da Libra na Inglaterra. Dessa forma, a instabilidade externa não seria o melhor argumento para justificar a instabilidade no Brasil dos indicadores sociais no período. É certo que choques externos impactam economias nacionais, mas eles por si só não respondem pela mobilidade social no Brasil e também no mundo.

Para Neri, a deterioração do mercado de trabalho de 1997 a 1999 ocorre em função das crises nas economias asiáticas (1997) e russa (1998), e “[...] em 1999 o Brasil foi a bola da vez” (NERI, 2007, p. 57). No ano de 2000, veio a recessão americana que também im-

factou negativamente na economia brasileira. Todas essas crises atingiram o Brasil e fizeram os brasileiros conviver de perto com a “[...] possibilidade do desemprego de longa duração” (NERI, 2007, p. 57). O autor também destaca que a crise energética e a crise da Argentina também contribuíram para o baixo dinamismo do mercado de trabalho, de 1995 a 2001. Esquece-se ele que governos soberanos podem adotar políticas macroeconômicas contracíclicas¹. Apesar de toda a fragilidade da economia brasileira a choques externos constatada, o autor não questiona a relação dessa fragilidade com o *regime econômico*, ou modelo macroeconômico do Plano Real associado ao avanço das políticas neoliberais. As taxas de desemprego avançaram bastante com o Plano Real e a precarização das relações e condições de trabalho se intensificaram no período. O Plano Real obteve sucesso ao promover a estabilidade dos preços, mas, por outro lado, elevou o grau de instabilidade no emprego, pois no processo de baixo crescimento econômico as oportunidades de emprego são restritas, restando apenas a mobilidade social circular e o *salve-se quem puder*.

¹ Políticas estas comumente adotadas pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA). Recentemente, na crise que eclodiu em 2008, o governo brasileiro também adotou políticas contracíclicas, as quais contribuíram para que não ocorresse arrocho salarial e uma forte recessão aqui com elevação da desigualdade na apropriação da renda nacional. Os anos de 1990 são marcados por políticas de arrocho salarial e de corte nos gastos públicos como forma de enfrentamento das crises.

Com isso, contrário ao que afirma Neri (2007) com relação ao período que ele afirma ser de *grande ganho de bem-estar social*, o que se verifica é o avanço do desemprego, a alta rotatividade da força de trabalho e a concorrência exacerbada entre os trabalhadores na luta pelas poucas vagas de trabalho abertas. Neri (2007) destaca que o período 2001-2003,

[...] se caracterizou por perdas de renda com redução de desigualdade. Apesar de atingir todos os segmentos da população, essas perdas foram menos pronunciadas para os de mais baixa renda (-0,3%), contra -4,1% ao ano, dos mais ricos (-0,6% e 7,9% no acumulado) (NERI, 2007, p. 58).

No trecho acima, observa-se a redução da desigualdade via nivelamento da renda por baixo, isso quer dizer que pelo fator renda (do trabalho) os brasileiros estão mais pobres. Vale ressaltar que no período 2001-2003, conforme Neri (2007, p. 58), os 40% do estrato intermediário (menos ricos ou menos pobres²?) também apresentaram variação anual negativa da renda média na ordem de -2,2%. Com isso, todos os estratos sociais perderam, só que os 50% mais pobres perderam menos do que os 40% do estrato intermediário e do que os 10% mais ricos. Ainda as-

² Sobre a terminologia utilizada para designar os estratos, serão feitos comentários mais adiante. Nesse momento, cabe o registro da nossa discordância quanto à inadequação do uso das expressões *mais ricos*, *mais pobres* e *intermediários*. Pensamos que os termos são imprecisos e confundem mais do que ajudam na compreensão da realidade brasileira.

sim, é importante compreender que a análise dele se dá sobre a distribuição da renda do trabalho e não em relação à renda nacional e sua distribuição entre capital e trabalho. Os ricos na sua pesquisa são os empregadores, professores e outros trabalhadores assalariados que ganham mais de 10 salários mínimos.

Outra questão surge diante dos dados que Neri apresenta: se o PIB cresceu no período 2001 (1,31%), 2002 (2,66%) e 2003 (1,15%) (QUADROS, 2008a), e a variação acumulada da renda média caiu nos três estratos sociais, conforme apresenta Neri (2007, p. 58), pergunta-se: qual o destino da renda nacional oriunda do crescimento do PIB?

Aqui aparece outro problema com o uso dos dados, com as interpretações e as terminologias utilizadas. À primeira vista, parece que os dados comportam toda renda auferida na sociedade, uma vez que temos os 10% mais ricos, os 40% intermediários e os 50% mais pobres; a soma desses estratos sociais equivale a 100% da população composta pelos mais ricos, mais pobres e pelos 40% intermediários. Cabe destacar que a PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) capta apenas a renda do trabalho declarada, sendo que a renda total dos mais ricos não entra. Sobre a PNAD, veja o que diz Quadros (2007):

Em particular, é decisivo levar em conta que, entre várias omissões, a mais relevante é não contemplarmos os rendimentos e benefícios oriundos de posse e gestão da riqueza (juros, dividendos, participações, ganhos imobiliários, benefícios indiretos etc.). E, como sabemos, são justamente esses ganhos que têm sido preservados, e mesmo expandidos, nessa longa fase de estagnação produtiva. Dessa forma, a renda captada pela PNAD (e pelo Censo Demográfico) refere-se, na realidade, ao que *sobra* após a apropriação pelos detentores da riqueza nacional. Tal circunstância deveria levar, no mínimo, a uma explícita relativização do significado dos estudos correntes sobre concentração e desigualdade que se utilizam dessas fontes de dados primários (QUADROS, 2007, p. 165).

No período em que Neri (2007) aponta a ocorrência da redução da desigualdade, parece-nos ser essa uma meia verdade (interpretação da realidade desconsiderando as diversas partes do todo). Primeiro, por que a renda nacional cresceu e, sendo assim, alguém auferiu ganhos. Parece razoável admitir que uma parcela da sociedade, que não foi captada e nem analisada por Neri (2007), auferiu ganhos. Ao analisarmos os dados da distribuição funcional da renda para o período em questão, verifica-se que a desigualdade de renda entre capital e trabalho avançou, conforme se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 1 – Distribuição funcional da renda: repartição do PIB entre trabalho, capital e administração pública – Brasil 1990-2007 (em%)

Categorias / anos	1990	94	96	98	2000	01	02	03	04	06	07
Renda do trabalho	53,4	47,6	45,2	45,4	47,1	47,7	46,8	46,2	46,4	48,3	48,9*
Renda da propriedade mista	46,5	52,3	54,8	54,6	52,9	52,3	53,2	53,8	53,6	51,7	51,1*

Fonte: IPEA, 2008. *Estimativa do IPEA (2008)

Diante do paradoxo do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da redução da renda dos três estratos sociais, mais ricos, intermediários e mais pobres, os dados da tabela acima confirmam a assertiva de Quadros (2007; 2008c) quando afirma que os dados da PNAD captam a renda do trabalho deixando de fora os benefícios oriundos da posse e gestão da riqueza.

O que ocorreu foi uma redução da desigualdade da renda do trabalho com um nivelamento da renda por baixo. Já os ricos, os capitalistas, os proprietários de ativos mobiliários e imobiliários, ficaram mais ricos e os trabalhadores assalariados ficaram mais pobres. Nesse processo de empobrecimento dos trabalhadores assalariados, uns perderam menos do que outros e com isso se aproximaram. Essa é uma das faces da redução da desigualdade no Brasil.

Dessa forma, constata-se que o conflito entre capital e trabalho é substituído pela falsa contradição entre os mais pobres *versus* os mais ricos.

Com isso, interpretam-se os dados da PNAD, criando uma falsa contradição social, uma vez que os próprios dados apontam para uma renda advinda do trabalho como bem chamou a atenção Quadros (2007; 2008c).

Nos estudos sobre a Pobreza, como o do Banco Mundial, a riqueza é definida a partir da renda apropriada, desconsiderando a origem, se da venda da força de trabalho ou da propriedade de ativos mobiliários e/ou imobiliários. A pobreza é definida pela insuficiência de renda, e a simples satisfação fisiológica (atemporal) tira os indivíduos da pobreza e a sociedade avança em direção ao bem-estar.

Além disso, não se faz uma relação da participação desses indivíduos no estoque de riqueza da sociedade. Na verdade, estabelece-se uma linha de pobreza com base nas necessidades básicas mínimas (ração alimentar). Atingido o mínimo, deixa-se de ser pobre. Outros elementos componentes das necessidades humanas

ligados a outras demandas são desconsiderados, como o acesso à diversão, à arte, à educação de qualidade etc. O aumento do estoque de riqueza da sociedade com o advento do capitalismo também não é considerado. Congelam-se as necessidades humanas como se elas não fossem sociais – produto das relações sociais, do estágio de desenvolvimento da sociedade – e, com isso, desconsideram-se as necessidades da sociedade contemporânea. É nessa perspectiva que a pobreza é tratada no Brasil pelo *mainstream*.

Quando vai tratar dos determinantes dos *grandes ganhos de bem-estar social*, Neri (2007) identifica no Plano Real as políticas econômicas como responsáveis pela promoção do bem-estar social com estabilidade e crescimento econômico. Destaca a melhora nos indicadores sociais como a redução da proporção de pessoas abaixo da linha da miséria que passa de 35,3%, em 1995, para 22,7%, em 2005. Em síntese, ele sugere:

[...] para que alcancemos reduções sustentáveis e continuadas da desigualdade, com melhoras no bem-estar social, é preciso *desmontar o antigo regime de políticas sociais relativamente pouco focado e aqui representado pelo salário mínimo, e enfatizar um novo regime de políticas sociais*, representado aqui por *upgrades* no Bolsa Família e por uma política agressiva em prol da educação de qualidade (NERI, 2007, p. 73, grifo nosso).

Dessa forma, verifica-se que o autor não toca em questões centrais para a discussão sobre a realidade brasileira, e tampouco para as economias capitalistas, o que corresponde fazer a economia operar com baixas taxas de desemprego da força de trabalho. Os efeitos das altas taxas de juros na economia são omitidos. As causas da elevação do desemprego e o crescimento elevado da dívida pública parecem não estar associados ao Plano Real e nem ser uma conta a ser paga pela sociedade brasileira. De forma explícita, Neri (2007) defende a substituição das políticas sociais universais pelas focais. Quando se trata da educação, embora no texto de 2007 não fique explícita a sua posição, observa-se no relatório do Banco Mundial³ (2001) – que tem Neri como um dos integrantes da equipe que produziu o documento – a seguinte passagem: “O financiamento das universidades públicas deveria ser refocalizado, mediante introdução de mecanismos de recuperação de custos, acompanhados da expansão de um sistema de bolsas de estudo para os pobres” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 18).

2 Outro olhar sobre a mesma questão

³ Nesse relatório, consta o nome de diversos pesquisadores que integraram a pesquisa e a elaboração do relatório liderada por Joachim von Amsberg, a saber: Francisco Ferreira, Peter Lanjouw, Kimberly Nead, Judy Baker, Zhi Liu, Ricardo Paes de Barros e Marcelo Neri. Consultar Banco Mundial (2001).

Nesta seção, serão analisados os mesmos dados da PNAD, com a utilização de outra metodologia⁴ de agrupamento dos dados e de análise. Quadros (2007; 2008a; 2008b) segmenta a sociedade em níveis fixos de renda e analisa a dinâmica social com base no cruzamento dos dados entre a estrutura ocupacional e os rendimentos. De acordo com esse método, é possível verificar ao longo do tempo a evolução do movimento de expansão e/ou regressão dos diversos estratos sociais com base nos rendimentos do trabalho.

A metodologia adotada por Quadros (2007; 2008a) evidencia a dinâmica social de forma ampla, permitindo observar a crise social em função da regressão de estratos sociais. Por exemplo, pode-se detectar redução e/ou ampliação do contingente dos estratos sociais ao longo dos anos.

Com base na pesquisa de Quadros (2007; 2008a), conforme Tabela 2, observa-se a estagnação das *classes médias* (alta e média) e a redução do número de miseráveis que sai de 36,2%, em 1981, para 20,9%, em 2006. A massa trabalhadora aumen-

⁴ Alta classe média tem rendimento acima de R\$ 2.964,67; média classe média: de R\$ 1.482,33 a R\$ 2.964,67; baixa classe média: de R\$592 a 1.482,33; massa trabalhadora: de R\$ 296,47 a R\$ 592,93; e miseráveis: abaixo de 296,47 – valores referentes a outubro de 2007 (QUADROS, 2008a, p. 1). Para saber mais sobre o método de Waldir Quadros, ler *Notas metodológicas* (2008b).

ta em 14%. A classe média baixa sofre uma pequena ampliação de 1,4%.

O baixo dinamismo econômico do período, que vai de 1981 a 2004, implica a ausência de mobilidade social ascendente. Com isso, é maior a possibilidade do mal-estar social avançar, pois a disputa social pelas oportunidades de emprego fica mais acirrada. Esse período também é marcado pelas baixas taxas de crescimento econômico. Apenas nos estratos inferiores é que ocorre mobilidade ascendente – passagem da condição de miseráveis para de massa trabalhadora cuja renda vai de R\$ 296,47 até R\$ 592,93.

Vale salientar que, de 1996 a 2004, as classes médias – alta⁵, média e baixa

⁵ Vale salientar que quando falamos de alta classe média estamos falando de empregadores com mais de 10 empregados, os quais representam 6,3% do total da classe média alta; empregadores com 10 ou menos empregados; colarinhos brancos autônomos: 12,7%; colarinhos brancos assalariados: 52% (professores do ensino superior, funcionários públicos etc.); trabalhadores autônomos: 3,7%; trabalhadores assalariados: 2,7% (e demais grupos ocupacionais, cujo rendimento do trabalho ultrapassa R\$ 2.964,67) (valor ref. out. 2007). Na média classe média, os assalariados também são maioria com 52%; 10% são autônomos; 14% são de micro e pequenos empresários (Quadros, 2008b). Na baixa classe média, “[...] o destaque fica por conta do fato de que a participação conjunta dos colarinhos brancos assalariados (38%), autônomos (6%), e micro e pequenos empresários (4%) é inferior à proporção de trabalhadores de perfil popular (QUADROS, 2008b, p. 19).

– encolheram na ordem de 3,2%, 2,8% e 3,0%, respectivamente. Sendo assim, sob a regência do neoliberalismo, a classe média sofre uma redução de 9%. Isso significa dizer que o contingente relativo de trabalhadores assalariados, trabalhadores independentes e empregadores (em menor escala) que auferiam rendas maiores sofreram redução do seu espaço de reprodução social associado à perda de poder aquisitivo.

Nesse mesmo período, o número de miseráveis cresceu em 2,1% e o da massa trabalhadora cresceu na ordem de 6,9%. Assim, observa-se que parte dos trabalhadores que estavam situados nos estratos de *classe média* migrou para estratos de renda inferior.

Com os dados, fica explícito a mobilidade circular nos estratos inferiores, revelando não um ganho de bem-estar social generalizado, como acreditam os ideólogos do *mainstream*, mas a deterioração da estrutura social brasileira que é confirmada pela forte desestruturação do mercado de trabalho no mesmo período. A elevação do grau de pobreza e a estagnação da classe média, principalmente entre os anos de 1996 a 2004, coincidem com o regime de acumulação de capital liderado pelas finanças e de hegemonia das ideias neoliberais na orientação das políticas públicas.

Tabela 2 – Estratificação dos indivíduos que declaram rendimentos – Brasil (%) (1981-2006)

Anos	Alta Classe Média	Média Classe Média	Baixa Classe Média	Massa Trabalhadora	Miseráveis	PIB
1981	5,2	8,5	25,5	24,6	36,2	- 4,25
1982	5,7	8,2	24,8	25,4	35,9	0,83
1983	4,2	7,7	19,1	22,5	46,6	- 2,93
1984	3,8	6,8	19,7	22,0	47,7	5,40
1985	5,2	8,2	21,6	26,7	38,3	7,85
1986	8,3	11,7	27,6	26,2	26,3	7,49
1987	5,7	8,6	22,5	22,9	40,2	3,53
1988	5,2	7,3	20,5	22,2	44,8	- 0,06
1989	6,5	8,6	20,5	21,0	43,4	3,16
1990	5,3	8,2	22,0	19,8	44,6	- 4,35
1992	3,6	7,2	20,0	23,6	45,6	- 0,47
1993	4,1	6,7	19,0	22,0	48,2	4,67
1995	5,9	8,6	22,6	24,9	38,0	5,33
1996	7,3	10,1	25,2	21,5	35,9	4,42
1997	5,6	9,6	22,4	23,0	39,4	2,15
1998	5,7	9,8	22,8	23,4	38,2	3,38
1999	5,3	8,2	24,0	24,1	38,4	0,04
2001	5,4	8,5	23,7	26,1	36,3	0,25
2002	4,7	7,8	22,6	26,5	38,5	4,31
2003	4,5	6,8	23,5	25,9	39,3	1,31
2004	4,1	7,3	22,2	28,4	38,0	2,66
2005	4,6	7,9	25,6	40,1	21,7	1,15
2006	5,1	8,5	26,9	38,6	20,9	5,71

Fonte: Quadros 2008a (elaboração a partir de dados da PNAD)

De acordo com a Tabela 2, verifica-se que entre 2004 e 2006 ocorreu crescimento dos estratos da *classe média* de forma generalizada, movimento esse acompanhado pela redução do estrato inferior – miseráveis – saindo de 38%, em 2004, para 20,9%, em 2006.

Parte dessa melhora pode ser atribuída ao crescimento da economia que se deu com geração de novos postos

de trabalho, quando em três anos foram gerados 5 milhões e 610 mil empregos formais (MTE, 2007). Outro elemento que pode ajudar a compreender a forte redução no contingente de miseráveis foi a expansão do Programa Bolsa Família. Conforme Tabela 3, credita-se a este programa parte da redução da participação dos miseráveis na estrutura social.

Tabela 3 – Evolução do Programa Bolsa Família, 2004-2007

Variáveis/ Anos	Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Variação %
Jan. 2004	3.615.861	--
Jan. 2005	6.572.060	81,8 (jan. 04 - jan. 05)
Jan. 2006	8.644.196	31,5 (jan. 05 - jan. 06)
Jan. 2007	10.908.452	26,9 (jan. 06 - jan. 07)

Fonte: Santana (2007)

O crescimento do emprego formal, a redução das taxas de desemprego, o crescimento econômico (PIB) contínuo e a ampliação dos programas sociais, como o Bolsa Família, apontam para uma melhora generalizada dos indicadores sociais. Não parecem ser casuais, mas produto da articulação entre políticas sociais, política de emprego e crescimento econômico. É certo que os efeitos deletérios das políticas neoliberais em curso – metas de inflação, juros altos, câmbio flexível e superávit primário – dificultam melhoras ainda mais significativas dos indicadores. Contudo, o leve afrouxamento das políticas neoliberais no Brasil surtiu efeitos positivos. Ao contrário do que se defende nos documentos do *mainstream* analisados nesse artigo, acredita-se que a melhora dos indicadores sociais é resultado da expansão das políticas sociais, de uma maior intervenção do Estado na economia e no mercado de trabalho – via política de valorização do salário mínimo.

Considerações finais

Com o presente estudo, verificou-se a necessidade de incorporar à análise sobre a redução da desigualdade

de renda os dados que revelam o comportamento da distribuição funcional da renda. A partir da ampliação dos instrumentos que nos permite analisar o real, é possível observar as contradições em processo que assolam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nas últimas duas décadas. Ainda que em um contexto de desajuste social, no qual seria necessário o aumento da intervenção do Estado para amenizar as contradições de um processo iminente do capitalismo – a produção de excluídos *pari passu* à acumulação capitalista –, observam-se analistas defendendo o receituário neoliberal como capaz de levar a redução das desigualdades com elevação do bem-estar social.

O caminho seguido pelos autores desse artigo foi o de buscar dados que tentam dar conta da relação fundamental no capitalismo, que é a relação entre capital e trabalho. Assim, a análise dos dados sobre a distribuição funcional da renda e as estatísticas acerca da distribuição da renda do trabalho nos permitiram chegar a conclusões diferentes dos trabalhos que apontam para redução da desigualdade *pari passu* ao avanço do neoliberalismo no Brasil. Constatou-se que de 1990 até 2003 a

estrutura social brasileira revelou uma situação de mal-estar, uma vez que os estratos superiores diminuíram e com eles padrões de renda superiores ficaram mais escassos.

Assim, o que se pode destacar é que a competição entre os trabalhadores se acirrou e os postos de trabalho de renda mais elevada diminuíram. A entrada de pessoas nos estratos superiores se dava à custa de saídas de outras. Esse movimento é conhecido como mobilidade social circular.

A mobilidade social estrutural só é verificada a partir do ano de 2005, quando se registra expansão dos estratos superiores – e é justamente nesse ano que se verifica um relativo afrouxamento das políticas neoliberais, como expansão creditícia, ampliação dos gastos sociais e com pessoal e a continuidade da política de valorização do salário mínimo.

Relembrando a epígrafe deste texto sobre o pauperismo relativo, e pensando a realidade brasileira, pode-se dizer que, embora seja verdade que a desigualdade de renda presente em alguns momentos históricos reduções, com efeito, é falso afirmar que a discrepância de apropriação da renda entre trabalho e capital tenha diminuído ao longo da história.

A elevação do fosso entre os ricos (capitalistas) e pobres (trabalhadores) pode ser observada empiricamente no cotidiano das grandes ci-

dades brasileiras. As metrópoles do país evidenciam o contraste entre pobreza e riqueza, revelando não só ao cientista mas também ao observador mais atento a contradição do capitalismo, que ao desenvolver-se e ao produzir riqueza em abundância gera pobreza em larga escala.

Apesar dessa evidente lógica destrutiva do capitalismo, resta-nos dar passos em direção à construção de uma forma de sociabilidade superior – e, nesse sentido, as intervenções políticas devem ocorrer nas condições históricas dadas. Assim, espera-se que a explanação feita neste trabalho contribua para uma melhor compreensão sobre a desigualdade de renda no Brasil.

Referências

BANCO MUNDIAL. **O combate à pobreza no Brasil**: relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza urbana. [S.l.], 2001. Relatório n. 20475-BR. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/08/17/000090341_20050817151339/Rendered/PDF/204750PORTUGUESE0Vol01010Port.pdf>.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores, 2005**. 6. ed. São Paulo: DIEESE, 2005.

IPEA. **Distribuição funcional da renda no Brasil**: situação recente. Brasília, nov. 2008. (Comunicado da

presidência, n.14). Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/08_11_11_DistribuicaoFuncional.pdf>.

MARX, K. **Manifestos econômico-filosóficos**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

MTE, **RAIS 2010**: mapa do emprego formal. Brasília: MTE, 2007.

Disponível em
<http://www.mte.gov.br/rais/2010>

NERI, Marcelo. Pobreza e políticas sociais da década de redução da desigualdade. **Revista Nueva Sociedad**, especial em português, out 2007. Disponível em:
<<http://www.nuso.org/upload/portugues/2007/CortesNeri.pdf>>.

QUADROS, Waldir. **A evolução recente da estrutura social brasileira**. Campinas: CESIT/UNICAMP, abr. 2008a. Mimeo.

_____. Dinâmica da classe média brasileira. In: DUPAS, G. (org). **Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileira**. São Paulo: Ed. UNESP: IEEL, 2007.

_____. **Notas metodológicas**. Campinas: CESIT/UNICAMP, mar. 2008b. Mimeo.

_____. **Notas sobre estratificação social no Brasil**. Campinas: CESIT/UNICAMP, 2008c. Mimeo.

SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, Belo Horizonte, nov. 2007. [**Anais...**]. Belo Horizonte: ABEP, [2007]. Disponível em:
<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?texto_id=3126>.